TCC/UNICAMP
R637b
1335 FEF/12

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Uma Breve História do Ócio

Diego de Oliveira Gómez Roig

CAMPINAS
2004

TCC/UNICAMP
R637b
1290001335

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Uma Breve História do Ócio

Monografia apresentada à FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em educação física, sob a orientação da prof. dr.ª Carmen Lúcia Soares.

Diego de Oliveira Gómez Roig

CAMPINAS
2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela ajuda e apoio neste trabalho.

Agradeço à Carminha, sua orientação foi fundamental e indispensável à realização deste texto.

Agradeço aos inúmeros amigos da FEF os momentos de ócio na cantina e a companhia em muitos por do sóis, algumas das idéias contidas neste texto surgiram de nossas conversas e discussões despretensiosas.

RESUMO

Uma breve história do ócio é, como pode ser característico do estudo da história, uma análise da sociedade contemporânea através de sua construção ao longo do tempo. O estudo da história nos possibilita desconstruir verdades estabelecidas e, atribuir à cultura a construção dos valores e costumes. Ao analisar a sociedade do trabalho pelo prisma do ócio, garantimos um ponto de vista mais abrangente. Este texto pretende compreender, num recorte do tempo, as transformações, adaptações, valores e interpretações que o ócio incorporou no curso das modificações históricas que a sociedade, a política, os costumes, a economia e toda a cultura sofreram.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A VISÃO CLASSICA DE ÓCIO	4
A DUPLA REVOLUÇÃO	7
O ÓCIO E A LUTA DE CLASSES	10
DISCIPLINA E TEMPO	15
ENTRETENIMENTO E SOCIEDADE DE CONSUMO	19
A SOCIEDADE DO ÓCIO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

INTRODUÇÃO

"Já que o mundo se encaminha para um delirante estado de coisas, devemos nos encaminhar para um ponto de vista delirante."

Baudrillard

Vivemos num estado de coisas de irrestrita e indistinta reprodução de certos valores e signos; de delirante proliferação do virtual e do simbólico dissociados do real e do material.[1] O trabalho é um signo de valor moral em nossa sociedade, alcançou uma proliferação simbólica que supera em muito o objetivo palpável da produção. Os lazeres e os estudos do lazer são cada vez mais difundidos e valorizados obedecendo à mesma lógica da excrescência, da proliferação irrestrita que atingiu também os prazeres. O ócio, por sua vez, não está incluído nesta lógica de proliferação, de reprodução midiatica que supera o palpável, apresenta-se longe dos holofotes e das atenções, contrário aos valores da sociedade contemporânea, contra producente e imoral.

Se nosso tempo apresenta-se essencialmente delirante, talvez ao nos remetermos à história, a uma análise processual, poderemos distinguir melhor o que nos parece indistinto, jogar luz sobre o delírio de nosso tempo. O que pretendo é desconstruir para compreender, e, o ócio é o prisma eleito para analisar a sociedade que o repudia. O ócio, visto por vezes como vício, neste estudo permitirá tratar o 'vício de análise'.

O tema central deste estudo é o ócio, uma análise histórica do ócio ou uma breve história. Pretendo compreender num recorte do tempo suas modificações, adaptações, valores e interpretações que incorporou no curso das modificações históricas que a

[1] Ver BAUDRILLARD, Jean. *A Transparência do Mal, 1992.*

sociedade, a política, os costumes, a economia e toda a cultura sofreram. Buscarei também, estabelecer relações com os modos pelos quais compreende-se o lazer, o trabalho, a preguiça, numa acepção global do tema. Não se trata apenas de realizar uma análise sociológica, histórica e cultural do ócio, mas também analisar a cultura, a história e a sociedade através do prisma do ócio, desnaturalizando-o e atribuindo-lhe uma inserção na cultura.

Não pretendo alcançar ao fim deste trabalho uma definição de ócio, nem tão pouco lhe atribuir valor. Muito se discute nos meios acadêmicos sobre a definição de lazer, mas, por muitas vezes, através de uma análise a-histórica de seus valores culturais, como se fosse possível atribuir uma definição pura, natural e lógica ao lazer; como também não é possível atribuir semelhante definição ao ócio, ou ao trabalho... Esta é uma discussão inócua que não serve de paralelo à discussão de ócio que aqui se propõe.

Nessa leitura do ócio e dos temas à ele relacionados, buscarei, ao invés de tentar defini-los, identificar os agentes econômicos, históricos, sociais e políticos que atuam sobre esses temas, atribuindo-lhes significados histórica e culturalmente. É necessário compreender que a cultura onde o ócio se insere, sofre constante transformação, é lugar de embates de poder, de resistência e mudança. Universo extremamente complexo onde operam mecanismos de poder transformando e moldando os valores e os costumes, e, esses mecanismos são também modificados pela transformação destes valores e costumes, numa complexa relação de interdependência e pluralidade.

Se não devemos prescindir da história ao analisar o ócio, também não devemos esquecer que a história é plural e descontinua. A linearidade não é uma característica da história, e, o histórico ou a análise histórica do ócio não deve ser diferente. Se de alguma maneira o texto transparecer linearidade ou singularidade, não é a leitura que deve

prevalecer. Ao submeter o ócio à diferentes categorias de análise podemos situá-lo em diferentes momentos da história, mas, podemos também compreende-lo através destes vários prismas num único momento. O ócio está inserido no universo heterogêneo da cultura, e, é através da heterogeneidade que devemos compreende-lo.

A VISÃO CLÁSSICA DE ÓCIO

"Em grego, ócio se diz ***scholé****, de onde vem nossa palavra 'escola'. Para os antigos, só era possível dedicar-se à atividade do conhecimento se não se estivesse escravizado pela obrigação de trabalhar."*

Marilena Chaui[1]

"Não saberia afirmar se os gregos herdaram dos egípcios o desprezo que sentem pelo trabalho, uma vez que encontro o mesmo desprezo entre os trácios, citas, persas, e lídios; em suma, porque entre a maioria dos povos bárbaros, os que aprendem as artes mecânicas, e mesmo seus filhos, são olhados como os últimos dos cidadãos... Todos os gregos foram educados nesses princípios, particularmente os lacedemonianos."

Heródoto[2]

"A natureza não fez nem sapateiros nem ferreiros; ocupações como essas degradam as pessoas que as exercem, vis mercenários, miseráveis sem nome que, em virtude de sua própria condição, são excluídos dos direitos políticos. Quanto aos comerciantes acostumados a mentir e enganar, só serão suportados na cidade como sendo um mal necessário. O cidadão que se aviltar com o comércio das lojas será processado por esse delito. Se condenado, cumprirá um ano de prisão. A punição será dobrada a cada reincidência."

Platão[3]

"Tens razão, Critobulo, disse Sócrates. As chamadas artes manuais não gozam de bom nome e, naturalmente, são depreciadas nas cidades. Arruinam os corpos dos trabalhadores e dos feitores obrigando-os a ficar sentados no interior das casas, e algumas delas até a passar o dia junto ao fogo. E, quando os corpos se debilitam, também as almas tornam-se bem menos resistentes. As chamadas artes manuais não deixam tempo livre para cuidar dos amigos e da cidade e, assim, tais artesãos são considerados maus para ter-se como amigos e como defensores da pátria. Em muitas cidades, sobretudo nas que têm fama de guerreiras, não se permite que um cidadão exerça artes manuais."

Xenofonte[4]

---

[1] CHAUI, 1999, p. 11.
[2] HERÓDOTO apud LAFARGUE, 1999, p. 111.
[3] PLATÃO apud LAFARGUE, 1999, p. 115.
[4] XENOFONTE, 1999, p. 20.

"Os romanos conheciam apenas duas profissões nobres e livres, a agricultura e as armas; por direito, todos os cidadãos viviam à custa do tesouro público, não podendo ser obrigados a prover a sua própria subsistência através de nenhuma das ***sordidas artes*** *[assim designavam as profissões] que por direito, pertenciam aos escravos."*

Paul Lafargue[5]

"... com grande consenso eles nos recomendam os vícios. Se nada tentamos que nos seja salutar, já nos será em si mesmo proveitoso apartar-nos: isolados, seremos melhores. E que dizer de juntarmo-nos aos melhores homens e elegermos algum modelo pelo qual conduzamos nossa vida? Isso não é possível sem o ócio: pois ele propicia o perseverar-nos no que nos agradou, desde que ninguém, com o concurso da multidão, nos desvie a convicção ainda mal-afirmada; pois, então, a vida pode avançar em curso igual e regular, enquanto a entrecortamos com nossos propósitos contraditórios."

Sêneca[6]

"Enfim, não é demais lembrar que a palavra latina que dá origem ao nosso vocábulo 'trabalho' é ***tripalllium,*** *instrumento de tortura para empalar escravos rebeldes e derivada de* ***palus,*** *estaca, poste onde se empalavam os condenados. E labor [em latim] significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga."*

Marilena Chaui[7]

"A desnecessidade de trabalhar não só é um ato honorífico e meritório; passa bem logo a constituir um requisito de decência.[...] Essa desnecessidade de trabalhar é a prova convencional da riqueza, sendo portanto a marca convencional de posição social; e essa insistência sobre o mérito da riqueza leva a uma insistência sobre o ócio."

Veblen[8]

Nas sociedades escravistas, como a grega e a romana, ou nas sociedades aristocráticas como a Europa feudal, o ócio aparece como emblema de status social. A vida dedicada ao ócio é, sinônimo e condição necessária à erudição, à vida política e às

[5] LAFARGUE, 1999, p.115.
[6] SÊNECA, 1994, p. 77.
[7] CHAUI, 1999, p. 12.

ocupações nobres. O trabalho é visto como desonra e degradação, e, é relegado principalmente aos servos e escravos.

[8] VEBLEN, 1980, p. 35.

A DUPLA REVOLUÇÃO

> *"Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias".*[1]
>
> *Eric Hobsbawm*

O estudo desta 'dupla revolução' é fundamental ao entendimento das raízes ideológicas da sociedade que ela originou. É uma revolução abrangente que atingiu não somente a economia e a política, mas também os costumes, os valores, os discursos, a religião, modificou profundamente a sociedade em todos os aspectos. Foi muito além das fronteiras da França e Inglaterra e muito além de seu tempo, fundou a sociedade contemporânea que nós conhecemos.

Consolidou-se uma nova percepção de tempo que alterou radicalmente os valores atribuídos ao ócio. Cresceu a valorização do tempo disciplinado ao trabalho em detrimento à qualquer atividade improdutiva. Os valores, a moral, os discursos, as disciplinas passaram à atender os imperativos da produtividade. O tempo adquiriu valor, passou a ser comercializado, vendido ou explorado. O tempo de ócio é visto agora como tempo desperdiçado, indisciplinado, improdutivo, tempo que não contribui ao desenvolvimento da sociedade e à geração de riquezas.

---

[1] HOBSBAWM, 1977a, p. 71.

"Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente 'passe o tempo'". [2]

O que compreende de fato esta 'dupla revolução' é o triunfo da sociedade capitalista industrial, da sociedade burguesa liberal, o triunfo de sua ideologia e de sua moral sobre a sociedade feudal e o absolutismo. A revolução industrial inglesa e a Revolução Francesa, ambas do fim do século XVIII, são ícones, forneceram os parâmetros desta transformação que, cedo ou tarde, atingiu todo o mundo.

Esta sociedade foi gerada, desenvolveu-se e criou corpo dentro do 'antigo regime'; suas bases, sua cultura, desenvolveram-se lentamente até demolir, na forma de revolução, o 'ancien régime'.

Thompson, no livro Costumes em Comum, relata a transformação da percepção do tempo e as novas disciplinas de trabalho que desenvolveram-se na Inglaterra durante o século XVIII, e, também em parte, nos séculos anteriores. Ele demonstra, que o caminho percorrido rumo ao capitalismo industrial, é, não apenas de natureza econômica ou política, mas também de natureza cultural.

> *"A ênfase da transição recai sobre toda a cultura: a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura. Essa cultura expressa os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas etc."* [3]

Ocorreu uma significativa mudança no tempo do trabalho que, antes ligado aos 'ritmos da natureza', das estações, orientado segundo as exigências das tarefas e por uma cultura agrária, sincronizou-se ao tempo do relógio, ao ritmo das máquinas. Não só o empresário, mas também o trabalhador assumiu a idéia de que 'tempo é dinheiro'.

---

[2] THOMPSON, 1998, p. 298.
[3] Ibid., p. 288.

A cultura utilitarista, ou a ideologia do utilitarismo foi fundamental e emergente no âmbito desta transformação, cresceu e foi gerada pela classe média burguesa que posteriormente ascendeu ao poder.

> *"Elaborado no curso de luta contra a nobreza, a ideologia do utilitarismo foi, em parte, um conceito residual, o útil era o que a nobreza não era. Identificados com o oposto da nobreza, os úteis eram aqueles cujas vidas não giravam evidentemente ao redor do ócio e entretenimento".*[4]

A cultura utilitarista, assim como toda a esfera de valores culturais, mesmo os valores religiosos da sociedade, caminharam gradualmente na direção da produção, da produtividade e do progresso. Sabe-se a importância das reformas religiosas na germinação desta 'dupla revolução'. A Reforma na Inglaterra, por exemplo, abriu espaço no terreno religioso para o capitalismo moderno inglês.[5]

Consolidaram-se nos diversos segmentos da sociedade; novos valores, novos costumes e uma nova percepção de tempo, que correspondem à obsessão pela geração de riquezas e pelo progresso. A construção dos valores atribuídos aos diversos tempos sociais está circunscrita nesta transformação profunda da sociedade. Transformação permeada por vários fatores além das mudanças econômicas e dos meios de produção. É pautada pelo puritanismo, pelo cristianismo, pelo utilitarismo, pelo crescimento dos mecanismos disciplinares. Destes muitos fatores decorre a construção dos valores, da moral e da ética capitalista, industrial, urbana... O ócio tornou-se não só 'inútil' como 'imoral'.

---

[4] GOULDNER, 1970, p. 66. (tradução nossa)
[5] Ver WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.*

O ÓCIO E A LUTA DE CLASSES

Durante o século XIX em contraposição ao grande desenvolvimento do capitalismo industrial encontra-se a miséria da classe operária e grandes problemas de ordem social. Surgem nesse momento diferentes formas de pensar a sociedade ligadas às suas duas principais classes sociais: a burguesia e o proletariado. Convivem em campos opostos o liberalismo burguês e o socialismo das classes trabalhadoras.

A miséria e o quadro de grande exploração das classes trabalhadoras são, junto com as crises de super produção, os maiores problemas do capitalismo industrial no século XIX. A história, como sabemos, não é linear, é descontinua e heterogênea; e, a história do século XIX é rica em conflitos e polarizações ideológicas. Em oposição à ideologia burguesa e buscando formular idéias que atendam as necessidades do 'proletariado', surgem diversos pensadores sociais e economistas críticos do capitalismo.

Karl Marx [1818-1883] e Frederick Engels [1820-1895] foram os principais pensadores desta vertente, criaram o socialismo científico e suas idéias são até hoje discutidas, estudadas e propagadas. Porém, a este estudo um outro pensador socialista contemporâneo de Marx e Engels é mais relevante, trata-se de Paul Lafargue [1842-1911] e seu panfleto revolucionário 'O Direito à Preguiça'.[1]

Neste texto do final do século XIX, Lafargue relaciona a glorificação do trabalho pela sociedade que ele denomina de o 'dogma do trabalho' aos interesses exclusivos da burguesia, e clama aos trabalhadores para que, em contra partida, despertem aos benefícios da preguiça. Parece estranho, mas trata-se de um panfleto revolucionário que busca a

[1] 'O Direito à Preguiça' é originalmente composto por uma série de artigos da revista francesa L'Égalité, publicados entre 14 de junho e 4 de agosto de 1880.

libertação da classe trabalhadora frente à expropriação e alienação da força de trabalho. Em seus ideais Lafargue não é diferente de Marx e Engels, mas o que chama a atenção é a sua exímia descrição da moral burguesa, que ao ser incorporada pelo proletariado permite a sua exploração nos longos regimes de trabalho e a baixas remunerações, privando-os dos benefícios da preguiça.

A moral cristã é fundamental à formação desta moral que glorifica o trabalho e seus valores são, portanto, condizentes ao crescimento do capitalismo industrial e aos interesses da burguesia.

> *"A moral capitalista, triste paródia da moral cristã, rodeia de anátemas a carne do trabalhador; seu ideal é reduzir o produtor ao mínimo de necessidades, suprimir suas alegrias e paixões e condena-lo ao papel de máquina de gerar trabalho, sem trégua e sem piedade."*[2]

A moral e a ideologia burguesa construíram-se nos pilares da moral cristã, do puritanismo, da cultura do utilitarismo e dos ideais do liberalismo. Mas é a tradução principalmente da moral cristã, de seus valores que, segundo Lafargue gerou o 'amor pelo trabalho', a glorificação do trabalho que ele denominou de 'dogma do trabalho'. Dogma que segundo ele, é o gerador de todas as misérias individuais e sociais da classe operária.[3]

Os regimes de trabalho nas fábricas européias neste período, chegavam à 14 ou até 16 horas por dia, porém os salários eram suficientes apenas à subsistência. O desemprego era um problema tão grande quanto a super produção. Isto, porque é da exploração da mão de obra, da apropriação da 'mais valia'[4], que advém o lucro do empresário e a condição de

---

[2] LAFARGUE, 1999, p. 60.
[3] Ibid., p. 67.
[4] MARX, 1963, p. 48.

miséria do proletariado. E quanto mais miseráveis, paradoxalmente, ao invés de dificultá-la mais fácil torna-se a exploração.

> *"[...] os operários morrendo de fome, vão dar cabeçadas nas portas das fábricas.[...] E esses miseráveis, que mal conseguem agüentar-se de pé, vendem doze ou quatorze horas de trabalho duas vezes mais barato do que quando tinham pão sobre a mesa. E os filantropos da industria aproveitam-se do desemprego para fabricar mais barato."*[5]

O 'dogma do trabalho' é de tal maneira engendrado, que os trabalhadores pensando-se revolucionários, na escassez de trabalho, reivindicam o 'direito ao trabalho', ou nesta lógica, a sua própria miséria. Não é necessário infligir o trabalho aos trabalhadores, a estrutura social e econômica e esta moral, dão conta que os próprios trabalhadores o façam.

> *"Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista."*[6]

As crises de super produção e as altas cargas horárias eram fatores geradores de desemprego. Justamente a super produção, proveniente da mecanização e do desenvolvimento dos meios de produção, bem como o enorme contingente subtraído do setor produtivo, é que permitirão, na sociedade que Lafargue almeja, que não se trabalhe mais de três horas por dia.

> *"Mas convencer o proletariado de que a palavra que lhes inocularam na mente é perversa, de que o trabalho desenfreado a que se entregou desde o começo do século é o mais terrível flagelo que assola a humanidade, de que o trabalho só se tornará um condimento do prazer da preguiça, um exercício benéfico para o organismo humano, uma paixão útil ao organismo social, quando*

[5] LAFARGUE, 1999, p. 81.
[6] Ibid., pg. 79.

> *for sabiamente regulamentado e limitado a um máximo de três horas por dia."*[7]

As reduções nas jornadas de trabalho, são importantes reivindicações dos sindicatos e dos trabalhadores no século XIX e XX, aparecem como solução ao desemprego e às insalubres jornadas. O ócio e a preguiça são suprimidos da classe trabalhadora não só pela moral que prega o trabalho como virtude, mas principalmente por uma questão econômica e social.

> *"Embrutecidos pelo vício, os operários não conseguiram perceber que, para que todos tenham trabalho, é necessário racioná-lo como se raciona água num navio à deriva."*[8]

A intensificação da produção de riquezas, de valores é uma característica importante do século XIX. Neste século, houve um crescimento da riqueza social jamais visto e a burguesia era a classe social que desfrutava dos benefícios das riquezas geradas nas fábricas. Seus hábitos dispendiosos aproximavam-se cada vez mais dos da antiga aristocracia.

> *"[...] quando a moral da abstinência, moderação e contenção entrava dramaticamente em conflito com a realidade do sucesso burguês. Os burgueses não viviam mais numa economia familiar de escassez ou num nível social remotamente longe das tentações da alta sociedade. O problema era mais o de gastar que o de economizar. Não apenas os burgueses ociosos tornavam-se mais e mais numerosos[...] como de que outra forma, exceto gastar, poderiam os bem-sucedidos burgueses demonstrar o seu sucesso".*[9]

Não é casual a escolha do termo *preguiça,* um pecado capital, em lugar de qualquer outro, pois, Lafargue busca principalmente, refutar a moral cristã, puritana, a moral burguesa, que se apresenta essencialmente hipócrita.

---

[7] Ibid., p. 84.
[8] Ibid., p. 100
[9] HOBSBAWM, 1977b, p. 247.

> *"Sabe-se, hoje, que Lafargue pensara, inicialmente, em intitular seu panfleto como direito ao lazer e, depois, como direito ao ócio.[...] Ao escolher e propor como um direito um pecado capital, o autor visa diretamente ao que denomina 'religião do trabalho', o credo da burguesia [não só francesa] para dominar as mãos, os corações e as mentes do proletariado, em nome da nova figura assumida por Deus, o Progresso".*[10]

O ócio, não assume um único papel, um único valor nesta sociedade. Mas, uma questão importante à análise aqui, é o peso da glorificação do trabalho no curso do capitalismo, da sociedade industrial. A moral que glorifica o trabalho em detrimento à preguiça é, hipócrita ou não, uma construção que deriva de toda uma cultura, de um processo profundo e abrangente de transformação da sociedade, desde seus meios de produção, até a política, e o conjunto mais amplo de valores.

[10] CHAUI, 1999, p. 24.

DISCIPLINA E TEMPO

> *"Lembra-te de que* ***tempo*** *é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadiação, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais."*
>
> *Benjamin Franklin*[1]

A sociedade que se construiu nestes séculos de industrialização, tem uma característica importante, a artificialidade do tempo. Os tempos sociais obedecem a um ritmo externo ao homem; o tempo que nas sociedades agrícolas tradicionais era ligado aos ritmos da natureza [estações, chuvas, etc...] passou a ligar-se ao ritmo das maquinas, da produção industrial, da vida urbana. Impôs-se uma nova disciplina de tempo, que corresponde à necessidade de inferir produtividade ao tempo. É preponderante extrair mais do tempo que adquiriu valor, que é uma mercadoria.

Se o tempo é um valor de troca, quem o detém ou o compra, o faz para obter lucro. Quanto maior a produtividade, maior o lucro. Data do fim do século XIX e inicio do século XX o taylorismo, ou a organização 'científica' do trabalho. O taylorismo é um bom exemplo de técnica de disciplina, corresponde à busca frenética de produtividade e a tentativa de sujeição dos trabalhadores ao sistema de produção.

> *"A importância do taylorismo, a nosso ver, advém fundamentalmente do fato de concretizar de forma exemplar a noção de ' tempo útil' que a sociedade do trabalho introjetou no coração de cada um de nós: há muito tempo guardamos um relógio moral que nos pressiona contra o ócio."*[2]

---

[1] FRANKLIN, Benjamin apud WEBER, *1980,* p. 182.
[2] RAGO, 1984, p. 11.

O crescimento dos mecanismos de disciplina foi e é fundamental à ordem que busca extrair 'mais' do tempo. O poder que, nas sociedades feudais era exercido principalmente através de mecanismos de soberania, na sociedade capitalista industrial assume também o mecanismo heterogêneo e polimorfo das disciplinas.

> *"Este novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; este poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar".*[3]

Os mecanismos de disciplina não só exercem o papel de regrar, de adequar, de controlar, de recalcar, mas principalmente buscam tornar eficiente. Buscam a eficiência do tempo, a multiplicação das forças dos corpos que rivalizam com as máquinas. Os mecanismos disciplinares articulam o poder ao tempo e aos corpos na busca insistente de produtividade.

> *"A disciplina aumenta as forças do corpo [em termos econômicos de utilidade] e diminui essas mesmas forças [em termos políticos de obediência]. [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada."*[4]

Ao se disciplinar os usos do tempo livre buscou-se combater o ócio e tornar esse tempo livre útil aos padrões dessa sociedade. É o lazer que possibilitou disciplinar o tempo da diversão, descanso e entretenimento. O lazer surgiu na construção e desenvolvimento da sociedade capitalista industrial e é parte de sua estrutura; é e foi necessário ao tratamento do ócio. Decorre da artificialidade e da racionalização do tempo nas fábricas que tem seu

---

[3] FOUCAULT, 1986, p. 188.
[4] Id., 1977, p. 127.

contraponto no tempo livre. O prazer está fora do mundo do trabalho; na vida cotidiana regrada, disciplinada, compartimentalizada, existe o tempo do trabalho, o tempo das obrigações religiosas, sociais e familiares e o tempo do descanso e do lazer.

Os tempos liberados do trabalho e os tempos de lazer são um campo de embate importante na história da construção desta sociedade; são palco de resistência e mudança, de sujeição ao poder e de subversão. Porém, o ócio é a expressão máxima da subversão moral nesta sociedade que assume o utilitarismo como ideologia e o trabalho como virtude. A diminuição da carga horária dos trabalhadores comuns, portanto, não resultou na valorização do ócio ou da preguiça, pelo contrário, intensificaram as preocupações em torno dos usos deste tempo liberado. Houve uma busca de adequação deste tempo aos padrões que regem esta sociedade.

> *"Ou seja, trata-se de tornar o tempo livre capaz de responder às necessidades e interesses de caráter econômico, moral, político institucional, de torná-lo um negócio de algum modo útil e passível de utilização pelos diversos setores sociais. [...] Nessa perspectiva, o lazer é tratado como a negação do erro, do ócio, ou ainda como 'negócio' capaz de excluí-lo ou de tratá-lo. Esse tratamento implica a integração do ócio numa ordem moral, racional e economicamente útil".*[5]

Esta diferenciação entre lazer e ócio é fundamental ao fenômeno de crescimento do lazer. É preciso ter uma leitura menos ingênua da sociedade, pois se ela o absorveu tão bem, devemos encontrar no lazer características convergentes à sua lógica. Paralelo ao crescimento do lazer encontra-se o repúdio ao ócio. O lazer se constrói de valores próprios, convergentes à ótica capitalista e não como o ócio que diverge dos preceitos da produtividade e da utilidade.

---

[5] SANT'ANNA, 1994, p. 20

Como na natureza, também nos sistemas sociais existem 'leis universais', intrínsecas a cada sistema. No sistema capitalista, as leis gerais são orientadas a partir de seu ideário primeiro, qual seja, a produtividade e o valor de troca. Estes ideais impregnaram o tempo tornando-o mercadoria e generalizaram-se atingindo todas as esferas sociais. O lazer não é o lugar e o tempo da redenção, é também, lugar e tempo de sujeição como todos os espaços que a sociedade disponibiliza.

> *"A lei do tempo como valor de troca e como força produtiva não se imobiliza no limiar do lazer, como se este escapasse miraculosamente a todos os constrangimentos que regulam o tempo de trabalho. As leis do sistema [de produção] nunca entram em férias."*[6]

O ócio, doença social do sistema capitalista, demonstração de desperdício de tempo e dinheiro, não obedece a essas 'leis'. A 'vadiagem' deixou de ser um 'problema' exclusivamente social e econômico e responde agora ao poder soberano das leis de direito, tornou-se contravenção prevista em vários dos códigos penais do mundo. Todos os mecanismos de poder alinharam-se à disposição de eliminar o ócio; dos mecanismos disciplinares ao que restou dos mecanismos de soberania, traduzidos nas leis de direito.

[6] BAUDRILLARD, 1975, p. 259.

ENTRETENIMENTO E SOCIEDADE DE CONSUMO

> *"Antes do século XVIII o tipo mais comum de crise era provocado pelo fracasso das colheitas, pela guerra, ou por algum acontecimento anormal; eram caracterizados pela escassez de alimentos e outros artigos necessários, cujos preços se elevavam. Mas a crise que conhecemos, a crise que começou a existir com o advento do sistema capitalista, não é devida a fatos anormais – parece parte e parcela de nosso sistema econômico; é caracterizada não pela escassez, mas pela super abundância. Nela, os preços, ao invés de subirem, caem."*
>
> *Leo Huberman* [1]

O capitalismo industrial tem sofrido inúmeras crises estruturais desde o seu surgimento e em grande parte, devido à super produção de bens. Os meios de produção desenvolveram-se brutalmente, porém nem sempre o consumo acompanhou tal ritmo. Portanto, surgiram a cada nova crise, novas políticas, reestruturações sociais e culturais que aproximaram produção e consumo.

A busca por mercados em outros países foi uma prática, historicamente importante, realizada pelos países mais industrializados na tentativa de escoar seus excedentes. É o imperialismo que caracterizou o fim do século XIX e inicio do XX e gerou a Primeira e a Segunda Grande Guerra.

A exploração de novos mercados, como se conhecia, em parte se esgotou; o capitalismo sofreu e ainda sofre, principalmente, um alargamento interno de suas fronteiras. O consumo se estendeu a todas as classes, ganhou novas características e se ampliou.

[1] HUBERMAN, 1971, p. 271.

Vivemos a chamada sociedade de consumo, onde a exacerbação do consumo busca confrontar o desenvolvimento dos meios produtivos.

"a moral do consumo prolonga a da produção ou encadeia-se com ela numa mesma lógica social da salvação."[2]

Os setores produtivos da economia, cada vez mais, necessitam de menos mão de obra. A mecanização da industria e até da agricultura subtraíram enormes contingentes de trabalhadores deste setor e proporcionaram reduções nas jornadas de trabalho. Estes trabalhadores inflacionaram o setor terciário gerando novas fronteiras ao capital.

O consumo hoje não se limita somente aos bens agrícolas ou industrializados, novas 'necessidades' surgem a todo momento. Houve um enorme crescimento do setor terciário que agora detêm a maior parcela da economia e, principalmente, o surgimento e crescimento da chamada industria do lazer e entretenimento.

O lazer é hoje também um produto, socialmente aceito e saudável aos olhos do capital, obediente à suas regras e, portanto, diferente de ócio e da visão de ócio ligada à preguiça e à improdutividade. A industria do entretenimento pauta-se nas mesmas leis econômicas que qualquer outra industria, obedece as mesmas leis de mercado e utiliza estratégias semelhantes.

Como toda mercadoria, o lazer deve expandir-se e encontrar mercados, conquistar novos consumidores. Atinge agora, na busca constante de expansão, não somente as classes dominantes, mas toda a população. Houve um alargamento das fronteiras do capital, que não tendo mais colônias ou novos mercados, geograficamente falando, para desbravar, aumentou suas fronteiras internas.

---

[2] BAUDRILLARD, 1981, p. 16.

A classe trabalhadora tornou-se um importante consumidor, principalmente nos paises mais ricos e desenvolvidos. Este fenômeno que nem de longe é fruto de algum tipo de democratização, atende apenas à necessidade do capital alargar suas fronteiras frente ao desenvolvimento dos meios de produção. É clara a diferença de consumo entre as várias classes sociais e a segregação gerada pelos diferentes níveis de poder aquisitivo.

A insistência sobre o consumo é consoante à necessidade do sistema de se reproduzir. A propagação, a produção e o crescimento do consumo, dos lazeres e de toda a gama de atividades desvinculadas da produção material, se articulam à reprodução do sistema produtivista, capitalista. Constrói-se como mecanismo de poder, de controle e, de maneira alguma, como fruto de subversão.

Semelhante a moral aristocrática do ócio, o consumo apresenta-se como emblema ou signo de distinção social. Essa distinção estende-se a aquisição de prazer, lazer ou entretenimento quando estes temas se alinham à lógica de produção/consumo. É interessante observar a lógica do consumo trilhando uma condição hegemônica, articulando à sua esfera vários segmentos da vida. O prazer hoje se relaciona ao consumo e é postulado pela aquisição e não pela busca autônoma e livre da satisfação dos desejos. A repressão dos desejos individuais, característica dos regimes disciplinares, dá lugar à sua estimulação em sintonia à exacerbação do consumo.

O dinheiro, condição necessária ao consumo, nesta lógica de tempo mercadoria e prazer mercadoria, se impõe como sinônimo de felicidade. É uma importante característica da sociedade hoje que, o lazer decorre da disponibilidade de tempo e dinheiro. O tempo livre, ou o tempo disponível ao prazer, responde às regras de mercado, de tempo economicamente útil e de tempo comprado.

O ócio, ou mesmo a visão clássica de ócio não aparece como resposta à ocupação deste tempo disponível. O ócio é indisciplinado, não se valora o tempo gasto ociosamente em ganhos ou perdas, útil ou inútil; o ócio não participa desta lógica que atribui valor ao tempo, e, mesmo com o aumento do tempo disponível ele ainda é visto negativamente. As pessoas, acostumadas a disciplinar, organizar, ocupar o tempo, tendem a não valorizar este tempo 'desordenado' e 'sem finalidade' material, sem finalidade palpável.

A industria do lazer e entretenimento exerce um importante papel ordenador quando disciplina o tempo livre ao consumo e justifica o tempo de trabalho. Se o prazer está fora do universo de trabalho, quando ele se dá através do consumo, beneficia esta lógica, uma vez que o consumo só se realiza através dos dividendos conseguidos no trabalho e, assim, o individuo fica circunscrito num universo restrito entre trabalhar e consumir.

No inicio da industrialização, todo o tempo do trabalhador, exceto o mínimo necessário ao descanso, era tomado, alienado ao sistema produtivo. As diminuições nas jornadas de trabalho nunca pretenderam realmente disponibilizar unidades de tempo aos trabalhadores, afinal, o tempo é uma mercadoria, possui valor. Em contra partida à disponibilidade desse tempo, buscou-se torná-lo econômica e socialmente útil. Porém, com o aumento da necessidade de consumo diminuiu a incidência dos mecanismos de disciplina sobre os tempos livres e aumentou a incidência de mecanismos de controle.

> *"Poder-se-ia dizer que, na ação disciplinar, a produção permanece o centro dos desejos e coações dominantes, mas, naquela de controle, é principalmente o consumo que conquista um lugar de destaque."*[3]

[3] SANT'ANNA, 2002, p. 47.

O crescimento das estratégias de marketing foi necessário para controlar, para adequar esse tempo ao consumo. São estratégias que agem ao nível do desejo e, as quais, as industrias de lazer e entretenimento se utilizam muito bem e, também são veiculo. Se o prazer satisfaz o desejo, nada melhor que gerar desejo para vender prazer.

> *"Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder longe de impedir o saber, o produz".*[4]

Construíram-se padrões de usos do tempo livre, que cada vez mais dependem de alguma forma de consumo. Esses padrões difundiram-se de tal maneira, que aqueles que não possuem meios financeiros suficientes para realizá-los, se vêm impedidos de usufruir do seu tempo livre. Não é realmente valorizado pela sociedade o uso autônomo, livre e independente deste tempo disponível.

Trabalho alienado, ou fulano é alienado, são expressões muito usadas; mas o que realmente significam? Quando o trabalhador aliena sua força de trabalho ao setor produtivo ou à outrem, quer dizer que ele se torna alheio ao seu trabalho, ou ao que realiza através dele. Este é o cerne do problema, pois qual é o tempo e espaço social que o indivíduo dispõe para 'realizar-se'? Ele é capaz de realizar-se, de buscar felicidade de forma autônoma?

O que observamos é que os indivíduos tornaram-se alheios, também, na busca da realização pessoal nos tempos liberados. Esta realização, na sociedade de consumo, se dá através da aquisição de inúmeros objetos e produtos e sua eleição, também é alheia ao

[4] FOUCAULT, 1986, p. 148.

indivíduo. Ela se estabelece muito mais nas estratégias de marketing que nas necessidades do indivíduo que as consome. Vale lembrar que as necessidades humanas se distinguem em muito das necessidades dos animais, determinam-se além das necessidades fisiológicas, são também fruto da construção humana, da cultura.

A realização através do consumo se extingue no ato consumatório, ela não está na relação com o objeto consumido, mas sim na posse deste como símbolo de conquista. É uma busca sem fim, dada a condição efêmera do prazer proporcionado e isto explica os diferentes níveis de consumo que produzem o mesmo nível de insatisfação. A insatisfação não leva à negação do consumismo, mas sim à insistência sobre ele.

O mundo do trabalho continua hegemônico, dita o tempo livre em todos os aspectos, até mesmo quanto à realização pessoal. Mesmo que ela ocorra no tempo liberado, ela é efêmera, pois não se transfere ao trabalho; mas a alienação do trabalho se transfere ao tempo livre. O mundo continua regrado pelo trabalho mesmo quando se observa o aumento dos tempos liberados.

Tanto é verdade que, o tempo do desempregado não é passível de lazer, por todas as coações morais e econômicas as quais ele é submetido. É apenas um tempo ocioso, no sentido pejorativo que a palavra adquiriu, pois o desempregado não contribui de maneira produtiva à sociedade. Não cabe, ou não é possibilitado ao desempregado que, ele usufrua um tempo social que não possui. O tempo de descanso é um tempo comprado pelo trabalhador junto ao empregador, ou a sociedade. É um tempo que lhe é permitido mediante sua contribuição social, o trabalho.

A SOCIEDADE DO ÓCIO

Qual é a característica da sociedade hoje? Vivemos atualmente numa sociedade capitalista, produtivista, de consumo? Num regime disciplinar, de controle ou de poder soberano? Como se define o estado de coisas em nosso tempo?

Talvez a resposta esteja na heterogeneidade, na diversidade da história, onde um único tempo histórico, uma única sociedade e uma única cultura podem abranger todas estas características, como também, as formas de resistência à elas. Somam-se a essas classificações: cultura do espetáculo, sociedade da informação, regime da propagação... Vivemos num turbilhão de informação, milhões de dados, imagens, idéias... circulando, propagando, orbitando à velocidade subliminar da incompreensão. É o estado que Baudrillard caracterizou de pós-orgia,[1] de liberação em todos os campos e sentidos. Romperam-se as barreiras do real e do virtual, do publico e do privado; a vida transformando-se num grande espetáculo à imagem de um grande *reality show*.

Virtual é a palavra de ordem atualmente. A economia é, por exemplo, virtual quando se traduz no mercado financeiro de capitais, onde o dinheiro investido nas bolsas de valores do mundo não tem paralelo material. As diversões seguem o mesmo caminho, dos vídeo games aos reality shows.

Os reality shows, o grande interesse das massas pela vida privada das celebridades, são exemplos de uma 'realização externa', alheia ao indivíduo; ou, uma nova forma de alienação através do universo virtual. Criou-se uma nova necessidade, que é a necessidade do virtual.

[1] BAUDRILLARD, 1992, p. 9.

As necessidades humanas crescem tanto quanto a capacidade de produção dos meios de satisfaze-las; e, estes meios crescem freneticamente na tentativa de confrontar a impossibilidade de satisfação integral dos indivíduos diante dos moldes do trabalho moderno.

A evolução dos meios produtivos e o crescimento dos tempos sociais desvinculados da produção material, provocaram o surgimento de diversas teorias profetizando a dita 'sociedade do ócio'. Este é um sonho recorrente, desde a antiguidade clássica vários pensadores imaginam a possibilidade de uma sociedade onde as máquinas libertariam os seres humanos do trabalho. Lafargue assim imaginou, e, se valeu de Aristóteles para ilustrar seu sonho, que no final do século XIX, segundo ele, já era 'possível'.

> *"Se cada instrumento pudesse executar sua função própria sem ser mandado, ou por si mesmo, assim como as obras de Dédalo se moviam por si sós, ou como os tripés de Vulcano realizavam espontaneamente seu trabalho sagrado; se, por exemplo, as rocas das fiandeiras fiassem por si sós, o dono de oficina não precisaria mais de auxiliares, nem o senhor de escravos."* [2]

A enorme mecanização da industria, continua a gerar profetas da sociedade do ócio. Esta sociedade é vista como conseqüência da evolução dos meios de produção e organização da sociedade atual. Porém, esta sociedade não ocorreu antes, e, não parece tão próxima. O problema, ou a chave para a sociedade do ócio, não está nos meios produtivos, mas sim na estagnação das 'necessidades' individuais. Estagnação é claro, nas populações privilegiadas. Pois, em meio à tanta abundância existem muitos que sobrevivem em condições subumanas, e, submetidos à regimes de trabalho muito próximos aos do início da industrialização.

[2] ARISTÓTELES apud LAFARGUE, 1999, p. 118.

Mais do que questionar o do aumento dos tempos liberados; devemos questionar como eles serão utilizados, por quais valores serão regidos, e, se obedecerão as leis do tempo do trabalho, ou não?

> "Se vamos ter mais tempo de lazer no futuro automatizado, o problema não é 'como as pessoas vão conseguir consumir todas essas unidades adicionais de tempo de lazer?', mas 'que capacidade para a experiência terão as pessoas com esse tempo livre?'. Se mantemos uma avaliação de tempo puritana, uma avaliação de mercadoria, a questão é como empregar esse tempo, ou como será aproveitado pelas industrias de entretenimento".[3]

Como é possível falar em 'sociedade do ócio' numa sociedade que ainda valoriza o trabalho nos moldes anteriores, que ainda valora o tempo como mercadoria, que mantém os mesmos valores da 'sociedade do trabalho'? Como pode haver tal transição sem uma correspondente mudança de valores, uma mudança cultural que a justifique, que realmente possibilite uma transição tão significativa?

"Quer dizer, não basta aumentar o tempo livre, se o que continua a dimensionar esse tempo é o mundo do trabalho, com seus valores e suas leis".[4]

O ócio que imaginamos, quando nos remetemos aos pensadores gregos, é um tempo de contemplação, reflexão, introspeção, expressão, arte e aprendizado. Tempo que permitiu a construção do pensamento clássico. Tempo dentre outras coisas, dedicado à elucidação de questões físicas, metafísicas, filosóficas, morais, políticas... Dedicação que atribui à vida uma condição muito própria.

Não se trata de buscar na visão clássica de ócio a resposta para a ocupação dos tempos liberados crescentes. Mas, levantar questões relevantes que nos remetam a uma apropriação autêntica deste tempo e dos demais tempos sociais. Ao confrontar as visões

[3] THOMPSON, 1998, p. 302.

clássica e contemporânea, de temas como o ócio e o trabalho, obtemos algumas respostas, e, novas questões que nos levam um passo à diante.

[4] SANT'ANNA, 1994, p. 53.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo.* Lisboa: Edições 70, 1975.

_____. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo.* Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. *A Transparência do Mal:* Ensaio Sobre Fenômenos Extremos. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1992.

CHAUI, Marilena. *Introdução. In:* LAFARGUE, Paul. *O direito à Preguiça.* São Paulo: Ed. Hucitec; Ed. Unesp, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do Poder.* 6ª ed. Riode Janeiro: Edições Graal, 1986.

GOULDNER, Alvin W. *La Crisis de la Sociologia Occidental.* Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1970.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções:* Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era do Capital:* 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem.* 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

LAFARGUE, Paul. *O Direito à Preguiça.* São Paulo: Ed. Hucitec; Ed. Unesp, 1999.

MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro.* Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963.

RAGO, Luzia M.; MOREIRA, Eduardo F. P. *O Que é Taylorismo.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. [col. Primeiros Passos]

SANT'ANNA, Denise B. de. *O Prazer Justificado*: História e Lazer. São Paulo: ed. Marco Zero, 1994.

_____. *Entre a Serpente e a Toupeira:* Transitando pelas idéias de Foucault e Deleuze. *In:* BRUHNS, Heloisa T. [org.] *Lazer e Ciências Sociais:* Diálogos Pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

SÊNECA. *Sobre a Tranqüilidade da Alma; Sobre o Ócio.* São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum:* Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEBLEN, Tornstein. *A Teoria da Classe Ociosa.* São Paulo: Abril Cultural, 1980. [col. Os Pensadores]

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.* São Paulo: Abril Cultural, 1980. [col. Os Pensadores]

XENOFONTE. *Econômico.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.